

LUTA DO ANDES SINDICATO NACIONAL CONTRA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Com o início do ano letivo, a Reforma do Ensino Médio tomou conta do noticiário. No dia 23 de fevereiro de 2023, o editorial do jornal Folha de São Paulo defendeu que o Ministério da Educação (MEC) apresente soluções e coordene a implementação da reforma em todo país. Mas qual o motivo dessa defesa? Em outros momentos, a Reforma do Ensino Médio também fez parte das manchetes dos veículos de comunicação, e as disciplinas que as e os estudantes estão cursando nas diversas redes estaduais causaram espanto e indignação.

“O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets S.A”, “As faces de um mistério”, “Tira o pé do chão”, “Arte de morar”. Afinal, como esses tipos de disciplinas eletivas e itinerários inovadores irão atrair e garantir uma adequada e esperada formação para as e os jovens brasileiros?

- Em 2023, estamos vivenciando não só as contradições do segundo ano da implementação da Reforma, que foi aprovada em 2017, mas também os efeitos perversos em relação aos discentes e docentes.
- Há quase oito anos alertamos sobre os problemas dessa reforma nefasta. Não só o ANDES-SN, mas diversos sindicatos, entidades, associações e o movimento estudantil. Não podemos esquecer que, em 2016, as escolas de Ensino Médio e Universidades foram ocupadas em 19 estados e a reivindicação dos e das estudantes se baseava em dois eixos: contra a Emenda Constitucional 95 e contra a MP 746/2016.
- É importante conhecermos o histórico da Reforma do Ensino Médio para entendermos os interesses em jogo. O Ensino Médio sempre esteve marcado pelas desigualdades e falta de investimento, perpetuando modelos de ensino ultrapassados, com escolas

com infraestrutura precária e sem considerar as demandas da juventude

- Na Constituição de 1988, a universalização do acesso ao Ensino Médio foi colocada como meta, entretanto não havia a obrigatoriedade de oferta pelas redes públicas e a gratuidade era tratada como exceção. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, tivemos um aumento das matrículas no Ensino Médio, mas o financiamento não estava garantido.

- Somente em 2009 é que o Ensino Médio foi incluído na Educação Básica obrigatória, através da Emenda Constitucional 59/2019. A expansão das matrículas, sem a garantia de financiamento, as incoerências curriculares, a ausência de profissionais da educação com formação adequada e a grande retenção e evasão colocaram o Ensino Médio como um problema a ser resolvido. Porém, a resolução para tal quadro não incluía enfrentá-lo, visando sua superação, com soluções democráticas que atendesse os anseios de estudantes e educadores/as.
- Em 2006, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio foram publicadas e, em 2011, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Entre 2011 e 2012 ocorreram diversas audiências públicas com o objetivo de discutir o Ensino Médio.
- Em 2013, foi apresentado o PL 6840, cujo objetivo era reformar o Ensino Médio e, em 2014, foi apresentado um substitutivo. Esse PL e o substitutivo foram esquecidos durante a discussão do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.
- Contudo, em junho de 2015, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação criou um grupo de trabalho de Reforma do Ensino Médio e esse GT assessorou as discussões,

fazendo a interlocução com o MEC e o Congresso, entregando um substitutivo com proposições ao PL 6840/2013. O substitutivo deu origem à medida Provisória 746/2016 e posteriormente à Lei nº 13415/2017 e temos assim a Reforma do Ensino Médio.

- Os problemas da Reforma do Ensino Médio não são poucos. A nova proposta altera a jornada escolar e faz parecer que há expansão, entretanto há, no máximo, 1800 horas para a formação comum. O restante do tempo pode ser contemplado nos itinerários formativos, com disciplinas eletivas que podem ser cursados à distância e com parcerias com a iniciativa privada. Uma flexibilidade que abre a possibilidade de precarização e desvio de recursos públicos para grandes e pequenas empresas educacionais.
- A organização dos conteúdos e currículos será por área de conhecimento, retirando disciplinas, hierarquizando currículos, estabelecendo disciplinas mais ou menos importantes, sendo que as disciplinas consideradas mais importantes são as que participam das avaliações em larga escala. Os itinerários formativos não têm obrigatoriedade de oferta, revelando a falácia da possibilidade de escolha por parte dos e das estudantes. Há, ainda, o “notório saber” como alternativa à profissionais com formação ministrando as disciplinas. Além de tudo isso, a Reforma do Ensino Médio altera a política de formação de professores e o Programa Nacional do Livro Didático.

Nesse sentido, é fundamental uma campanha nacional pela revogação da Reforma do Ensino Médio. Não podemos aceitar o aumento das desigualdades escolares, a precarização do trabalho docente e estudantes sem aulas e sem o direito à educação.
REVOGAÇÃO JÁ!

ANDES-SN: referência na luta **contra a reforma do Ensino Médio**



Desde que o projeto de Reforma do Ensino Médio foi enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Michel Temer (MP 746, em setembro de 2016) de forma antidemocrática e unilateral, milhares de protestos, ocupações estudantis e greve de docentes, técnicos e estudantes das instituições de ensino superior eclodiram no país. Entidades e órgãos, ligados à educação, como também partidos políticos, e o Ministério Público Federal se manifestaram contra a proposta. O ANDES-SN, que defende uma educação pública, gratuita e de qualidade, se manifestou de imediato ao envio da MP e publicou uma nota de repúdio à Contrarreforma do Ensino Médio e, recentemente, a cartilha “A Contrarreforma do Ensino Médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei Nº 13.415/2017” (disponível em Publicações, no site do ANDES-SN em www.andes.org.br). A cartilha é subsídio às e aos docentes que atuam no Ensino Médio no país, para que aprofundem e compreendam a Lei 13.415, e para que possam lutar e defender um ensino público, gratuito e de qualidade:

“A contrarreforma do Ensino Médio, agora Lei 13.415/2017, foi aprovada em

fevereiro de 2017 e compromete todo o sistema educacional no país. A medida estabelece que 60% da carga horária seja destinada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no currículo dos estudantes e 40% seriam preenchidos por conteúdo a ser escolhido, entre cinco áreas disponíveis: Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, Matemática e Ensino Profissional. Segundo a publicação, a nova legislação retira a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia, numa 'tentativa de diminuir a possibilidade dos jovens de fazerem uma leitura mais crítica do mundo no qual vivem'”.

Revogação do Novo Ensino Médio

Em 1º de janeiro de 2023, o ANDES-SN reuniu-se com o grupo de trabalho do núcleo da Educação do Gabinete de Transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília (DF).

No encontro, as representantes do Sindicato Nacional entregaram à equipe de transição o documento “Onze pontos programáticos em defesa da Educação Pública”, redigido com base na carta compromisso encaminhada pelo ANDES-SN às candidatas e aos candidatos à presidência

do campo progressista, incluindo Lula, ainda durante o processo eleitoral que resultou na vitória do petista. Essa carta foi uma deliberação do 65º Conad, realizado em julho deste ano.

O documento crava, no oitavo ponto, a urgência e a necessidade de revogação do novo Ensino Médio:

8. Revogar a implantação da Reforma do Ensino Médio e da Resolução CNE/Cp 02/2019 que altera as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professor(a)s para a Educação Básica (BNC formação), que está articulada com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC da educação básica. Esses dispositivos rebaixam a formação universitária do(a)s docentes da educação básica e a formação da juventude em geral.

Calendário de lutas do Setor das Ifes

15 de março

Dia Nacional de Luta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio.

27 a 30 de março

Mobilização nas seções sindicais por meio de diversas atividades e construção de audiência em Brasília com o MEC para debater a pauta do ANDES-SN, com especial destaque para a questão da recomposição dos orçamentos.

04 de abril

Encontro das Universidades sob Intervenções, em Brasília.

10 a 14 de abril

Semana de Luta e Ocupação das IFES.